

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.234.067 - SP (2018/0002025-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CAMPINAS
PROCURADOR : BRENNO MENEZES SOARES E OUTRO(S) - SP342506
AGRAVADO : DENISE ALVES MACEDO
ADVOGADO : JAQUELINE CRISTINA MÜLLER ALAM - SP165174

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. RESSARCIMENTO DE COBRANÇA INDEVIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Agravo em Recurso Especial apresentado contra decisão que inadmitiu Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c* da Constituição da República.

2. É o relatório.

3. Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o Recurso Especial, considerando: que os argumentos expedidos não são suficientes para infirmar as conclusões do acórdão recorrido; incidência da Súmula 7/STJ; a análise do dissenso jurisprudencial esbarra no reexame de provas.

4. Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: a incidência da Súmula 7/STJ.

5. E como cediço, não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

6. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4o., I, DO CPC/1973. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, nos termos do art. 544, § 4o., I, do CPC/1973, o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não. Precedentes.

[...]

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento (EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24.5.2016, DJe 8.6.2016).

7. Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp. 880.709/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 17.6.2016; AgRg no AREsp. 575.696/MG, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 13.5.2016; AgRg no AREsp. 825.588/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 12.4.2016; AgRg no AREsp. 809.829/ES, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 29.6.2016; e AgRg no AREsp. 905.869/ES, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14.6.2016.

8. Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nega-se seguimento ao Agravo em Recurso Especial do MUNICÍPIO DE CAMPINAS/SP.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

